

O impacto da liberação de juros

por Cintia Sosse
de Brasília

A decisão do Conselho Monetário Nacional, na reunião de ontem, de liberar as taxas de juros para as aplicações dos bancos comerciais e de investimento poderá ter um impacto inflacionário imediato. Mas tanto o ministro da Fazenda, Ernane Galvão, como o presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, apostam na manutenção das atuais taxas que vêm sendo praticadas no mercado. "É possível, inclusive, que os juros se reduzam", disse Galvão à imprensa.

Ainda ontem, o Banco do Brasil anunciou as suas novas taxas para empréstimos comerciais e industriais. A menor taxa de juros, para pequenas empresas e para descontos de duplicatas, ficará em torno de 60%, o que corresponde à maior taxa de crédito rural. Nos outros casos, os juros ficarão pouco abaixo do índice do INPC: calculados pelo atual INPC, ficam ao redor de 73,8%. Para as pequenas e médias empresas (amparadas pela Resolução nº 388), os juros permanecerão entre 40 e 45%, conforme a região. As taxas de juros do cheque ouro passaram de 3 para 5% ao mês.

O que o governo quer, se-

gundo o ministro, é eliminar os artificialismos e distorções que acabaram ocorrendo como resultado do controle das taxas de juros. As instituições financeiras privadas aumentaram a exigência de saldo médio de seus clientes e lançaram mão de artifícios, como "operações vinculadas de títulos públicos, como contrato de recompra e o surgimento de um mercado paralelo", citou Galvão. O ministro alertou que o "Banco Central vai acompanhar essa experiência para verificar os resultados", que acredita "positivos". Entre as várias decisões do CMN em apoio à agricultura, às exportações e à captação de recursos externos, o ministro destacou a aprovação do Conselho em estender às empresas de "leasing" "a mesma possibilidade de captação de recursos externos do sistema bancário", através dos mecanismos da Resolução nº 63.

O presidente do Banco Central levou ontem ao CMN os resultados da política monetária em 1980, confirmando uma expansão da base monetária de 53,8% (30,6 pontos percentuais abaixo de dezembro de 1979) e um crescimento dos meios de pagamento de 70,6% e um aumento de 71%

dos empréstimos do sistema monetário. Os resultados favoráveis na política de controle dos agregados monetários não foram suficientes, entretanto, para reduzir a taxa de inflação nem para desaquecer a economia.

Langoni acredita que os efeitos de um controle mais rígido no campo monetário e fiscal só tem impacto efetivo sobre a inflação transcorridos nove a doze meses. E considerou que apenas há seis meses se está adotando "uma política fiscal e monetária mais restritiva". Com estas observações, reitera a sua posição de que em 1981 o governo está melhor instru-

mentalizado para reverter os índices de preços.

Langoni justificou o desempenho da base monetária, que no mês de dezembro cresceu 8,5%, pela perda de US\$ 2,77 bilhões de reservas cambiais, pelo "superávit de caixa do Tesouro, que fechou o ano em Cr\$ 2,1 bilhões, já descontados os encargos da dívida interna e externa, subsídios à comercialização de produtos agrícolas, preços mínimos e pagamentos de débitos ao Bacen e BB. O Tesouro transferiu Cr\$ 313 bilhões para cobrir gastos do orçamento monetário com subsídios. A colocação de títulos públicos também co-

laborou, embora tenha caído de Cr\$ 47,5 bilhões até novembro para Cr\$ 5,9 bilhões, no fim do ano. Este saldo foi obtido pelas operações de mercado aberto, que registraram uma contração de Cr\$ 155,2 bilhões, enquanto as operações da dívida pública expandiram Cr\$ 149,3 bilhões.

Ele informou, ainda, que se reuniria ontem com os diretores financeiros das estatais para "implementar" medida já acertada entre os ministros Galvão e Delfim Netto, do Planejamento, para que cheguem ao final deste ano com um saldo líquido nas suas operações de mercado aberto "nulo ou negativo" para evitar efeitos expansionistas na oferta da moeda.

TETO DE 5%

A revisão do teto de 5% para o crescimento dos empréstimos em cruzeros dos bancos de investimento ficou adiada. O diretor da área de mercado de capitais do Banco Central, Hermann Wey, afirmou que não haverá qualquer mudança até o próximo mês. Foram exatamente os bancos de investimento os que menos cresceram em suas aplicações limitadas ao teto de 45%, no ano passado, ficando em 39,8% na variação acumulada dos doze meses.